

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.614.505 - PA (2016/0187402-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS**  
**RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**RECORRIDO** : **ELIANDRO CANDIDO**  
**ADVOGADO** : **LUÍS CARLOS SILVA MENDONÇA - PA005781**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fl. 129):

*AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. EXTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PALMITO SEM AUTORIZAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA COM BASE NAS LEIS 4.771/65, 6.938/81 E PORTARIAS 48/95 e 02-N/92. ILEGALIDADE DA MULTA. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. PRECEDENTES.*

*1. A multa em questão foi aplicada com enquadramento no artigo 19 da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal), art. 14, I e IV da Lei 6.938/81 e Portarias 48/95 e 02-N/92, ao fundamento de extrair e explorar palmito sem a devida autorização do IBAMA.*

*2. "(...) o art. 19 da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal) não fundamenta a multa imposta pelo IBAMA, pois a norma não prevê a aplicação de sanção administrativa, tanto que não a prescreve, ao contrário, trata da permissão aos proprietários de florestas heterogêneas, para transformá-las em homogêneas, desde que assinem termo de obrigação de reposição e tratos culturais." (REOMS 2001.36.00.000836-1/MT, Rel. Desembargador Leomar Barros Amorim de Sousa, conv.*

*Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso, 8ª Turma, DJ de 18/05/2007, p. 146).*

*3. O art. 14, I e IV da Lei 6.938/81 tampouco dá respaldo à multa aplicada pela autarquia, pois, o ato de extrair e explorar palmito sem autorização da autoridade competente não se subsume à conduta definida na lei de "exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente sem a licença ambiental".*

*4. A imposição de penalidades através de Portarias invade competência privativa de lei, razão pela qual não são*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*instrumentos adequados a essa finalidade. (AMS 1999.01.00.118174-0/PA, Rel.*

*Juiz Federal Wilson Alves De Souza (conv.), Terceira Turma Suplementar (inativa), DJ p.72 de 13/11/2003).*

*5. Agravo regimental do IBAMA improvido.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 138/143)

A parte recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos da legislação federal:

(I) art. 535, II, do CPC/73, ao argumento de que houve omissão acerca da aplicação do art. 14 da Lei nº 6.938/1981, que define infração administrativa e respalda a atuação do IBAMA;

(II) art. 14, I, da Lei nº 6.938/1981, o qual visa punir tanto as pessoas que dão causa, como as que promovem degradação ao meio ambiente. Assim, se o interessado não cumpre uma das medidas de preservação ambiental, está contribuindo para sua degradação, estando sujeito à multa administrativa. Acrescenta, ainda, que a norma que disciplinou o texto legal foi o Decreto nº 99.271/1990, o qual prevê o pagamento de multa para aqueles que exercerem atividade potencialmente degradadora, sem a licença ambiental legalmente exigível ou em desacordo com esta.

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso (fls. 177/181).

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao

art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto ao mais, a irresignação não merece acolhimento. Com efeito, na hipótese vertente, o Tribunal de origem afirmou que a atividade praticada pela parte ora recorrida (extração e exploração de palmito sem a devida autorização) não se subsume à conduta definida na lei de exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente sem a licença ambiental.

Nesse contexto, tenho que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. No mesmo sentido:

*ADMINISTRATIVO. MULTA DO IBAMA. COMERCIALIZAÇÃO DE CAMARÃO ROSA EM TAMANHO INFERIOR AO PERMITIDO. VIOLAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL.*

*NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. I - O recurso especial não constitui via adequada para análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas, visto que tais atos normativos não estão compreendidos no conceito de "lei federal" de que trata o inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.*

*II - Havendo o Tribunal de origem, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, concluído pela nulidade do auto de infração lavrado pelo Ibama em razão da ausência de informação relevante não fornecida pela autarquia ambiental, a inversão do julgado demandaria o necessário reexame do mesmo acervo fático-probatório já analisado, o que é inviável na instância especial ante o óbice do enunciado n.*

*7 da Súmula do STJ.*

*III - Agravo interno improvido.*

**(AgInt no AREsp 1290758/RS, Rel. Ministro FRANCISCO**

FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019)

*PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL. AUTO DE INFRAÇÃO. ANULAÇÃO. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.*

*1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).*

*2. A Corte regional pronunciou a nulidade do auto de infração ambiental lavrado pelo IBAMA e concluiu pela regularidade da atividade desenvolvida pela ora agravada, ao fundamento de que, "antes da previsão de exigência de licenciamento pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH bastava, para o exercício da atividade de carvoaria, uma mera comunicação escrita ao IBAMA através do preenchimento de um formulário".*

*3. Modificar as conclusões do aresto recorrido, para reconhecer que a empresa/agravada operava de forma irregular e que o documento apresentado não atestava a licença exigida na lei ambiental, reclama o revolver de aspectos fático-probatórios dos autos, medida vedada no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.*

*4. Agravo desprovido.*

**(AgInt no REsp 1504938/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 19/11/2018)**

*AMBIENTAL. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.*

*1. Trata-se de Ação de Anulação de Auto de Infração contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no intuito de que seja declarada a nulidade do auto de infração lançado pela ré contra a parte autora, impondo-lhe a pena de multa, tendo em vista o ato de "receber e armazenar para desdobro 226 mts de toros de cedrinho e outros sem cobertura de ATPF".*

*2. Caso em que o Tribunal local consignou que o ato praticado*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*pelo recorrido não se subsume à conduta definida como "exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente sem a licença ambiental", prevista no art. 14, I, da Lei 6.938/1981. Rever tal entendimento implica reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado em Recurso Especial (Súmula 7/STJ).*

*3. Recurso Especial não conhecido.*

**(REsp 1340322/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016)**

**ANTE O EXPOSTO**, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator